

entre o universalismo ético (formalismo) e as totalidades vitais concretas (historicidade)” (p. 37-38). Eis, portanto, a natureza do Iluminismo e do Racionalismo possível hoje. Um racionalismo que não é mais vitoriano, mas suficiente para dirimir o paradoxo de nossa epocalidade em que “se, por um lado, aprofundam-se o individualismo e o particularismo, desembocando no escândalo moral de uma sociedade das mais iníquas da história contemporânea, por outro há avanço na consciência e na defesa dos direitos que efetivam a dignidade humana” (p. 47). A ética do discurso possibilita, portanto, fundar a ética na sociabilidade, conservando a diferença e o individualizante, mas expondo-os à crítica e à libertação da normatização universal. Produz-se, então, uma reviravolta na fundação da ética comunitária. A fundamentação do agir e da liberdade não se realiza pelo recurso à religião numa sociedade secular; mas pelo recurso à política, isto é, à democracia. Esta possibilidade aberta pode suscitar otimismo, sobretudo para o pobre, elevado, neste trabalho, à condição de portador social de *privilegio ético* (p. 181) — caberia indagar aqui: somente o economicamente pobre ou também o socialmente pobre, as minorias? A ética do discurso, dialógica, fundante de valores e normas universais, política, e democrática, é, também, libertária, pois é “*exigência de uma práxis emancipatória*” (p. 180).

Em um Brasil conturbado, é reconfortante a leitura de *Ética e racionalidade moderna* que fundamenta possibilidades reais de transformação. O Ceará vem se destacando no cenário nacional pela instauração de um fazer político diferente e aplicado. Os trabalhos de Manfredo de Olivei-

ra, como de outros colegas, nas áreas de medicina, sociologia, literatura, matemática, biofísica, etc., mostram que intelectuais também renovam e vivificam nosso conhecimento e nossa práxis. Esses intelectuais nos dão orgulho de pertencer à UFC. Manfredo merece nossas felicitações e nossa gratidão pela liderança intelectual que exerce, sobretudo porque esta qualidade intelectual é complementada por uma integridade profissional e humana de fazer inveja. Que a liderança de Manfredo de Oliveira se exerça por muitos anos e continue a suscitar entre seus colegas e discípulos admiração e incentivo, e entre os “pobres”, solidariedade e uma práxis emancipatória.

MAIRI REVISITADA

de Dominique Tilkin Gallois

Mairi revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral Waiãpi

São Paulo, NHI-USP/FAPESP, 1994. 91 p.

POR ISABELLE BRAZ PEIXOTO DA SILVA

Professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC e doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp

Mairi revisitada, publicação do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, é um estudo que nos presenteia com uma inovação no campo etnológico. Ao estudar a sociedade indígena Waiãpi, engloba a circunstância do contato com os colonizadores na história daquele povo, e, mais do que isto, mostra a versão Waiãpi do contato.

Localizados no Estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, os Waiãpi são de língua tupi-guarani, distribuídos em 13

aldeias, num território de 583.000 ha delimitados. É um povo com uma longa história de migração, que vem-se deslocando desde o século XVIII, a partir do baixo rio Xingu, premido pela pressão territorial exercida pelos brancos.

Gallois considera que, embora tenham passado por muitas transformações em seu modo de vida, mantém seu padrão básico de organização social, que consiste na independência política e econômica dos grupos locais (Wanako), fundamento da sua autonomia cultural.

A história atual dos Waiãpi é marcada pela ameaça permanente de invasão do seu território por garimpeiros. Não despropositadamente, é a partir do tema da ocupação territorial e das disputas a ela atinentes que o texto nos leva à difícil reflexão sobre a relação entre mito, história e identidade.

Investigando o discurso do Waiãpi, Gallois estabelece algumas classificações: há uma narração mítico-histórica que se dirige para dentro da sociedade e consiste em especulações circunstanciadas em torno da história do contato, funcionando como “discurso-explicação”. Uma outra fala se dirige para os brancos e busca confirmar a sua posição nas relações interétnicas, funcionando como “discurso-ação”.

As narrativas mítico-históricas, por sua vez, se distinguem. Nos relatos históricos os eventos são situados no tempo e no espaço e as fontes de informação são explicitadas. Nas narrativas míticas as informações são mencionadas, havendo alusões a categorias genéricas (“ancestrais”, “primeiros humanos”), sendo o público fundamental porque garante a fidelidade e a continuidade das informações ao longo do tempo.

Numa classificação nativa, elaborada por solicitação da pesqui-

sadora, os discursos são separados por temporalidades diferentes. No tempo de Tomoko há uma relação genealógica e os ancestrais são nomeados. No tempo dos Taimiwer os antepassados são genéricos e as situações não são localizadas historicamente. São atemporais.

A autora apresenta uma coletânea de narrativas, que é o objeto principal, *Mairi – a Fortaleza revisitada*, refere-se ao ponto zero da história do contato, quando a humanidade foi recriada pelo herói Ianejar, dividida entre índios e não-índios, já em posição de confronto. O segundo, *etnogênese*, aborda a composição étnica do grupo e as diferentes modalidades de relacionamento interétnicos posteriores.

Nas primeiras narrativas estão presentes elementos tradicionais da cultura Waiãpi: a pele, o caxiri, o vermelho.

E também elementos modernos que passam a ser significativos para esta cultura, como a escrita, por exemplo. Além de situações e interlocutores que dão a referência do contato e do confronto interétnico, tais como prisão, garimpeiros, brasileiros, franceses, negros, FUNAI.

Na segunda seqüência de narrativas a ênfase está na composição étnica e nos embates entre índios e brancos. Para tanto, articulam diferentes temporalidades e diferentes modos de pensar a descendência, que pode ter origem mítica ou genealógica, não importa. O que importa é a reintegração simbólica da sua totalidade étnica, recompor uma unidade perdida no contato, para o seu fortalecimento frente aos brancos.

O que Gallois demonstra neste trabalho é a interdependência entre mito e história. As narrativas mítico-históricas fornecem material para a reelaboração de

argumentos, a serem utilizados politicamente nas relações com os brancos. Ao mesmo tempo os eventos históricos são selecionados, organizados e interpretados a partir das experiências e exigências do presente, enquanto que as narrativas míticas sofrem certa dissolução, restando pouco espaço à cosmologia.

Desta forma, a pesquisadora detecta as transformações operadas nas narrativas ao longo de duas décadas, a manipulação dos conceitos de temporalidade e das modalidades discursivas, orientadas pelas mudanças na percepção das relações interétnicas; mudanças estas que operam também sobre a auto-imagem Waiãpi, permanentemente reelaborada numa comunicação com as representações sobre o contato. Antes os Waiãpi tinham medo dos brancos, hoje eles têm consciência da espoliação que sofrem e da necessidade de enfrentá-la.

Se as conclusões da autora nos surpreendem e nos deixam com sentimentos de perda e temor por uma certa “razão instrumental” dos Waiãpi, o seu ensinamento maior está na constatação de que as sociedades indígenas constroem a sua própria história.

TRANSIÇÃO CAPITALISTA E CLASSÉ DOMINANTE NO NORDESTE

de Ronald H. Chilcote

Transição capitalista

e classe dominante no Nordeste

Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo, EDUSP, 1991. 368 p.

POR MÔNICA DIAS MARTINS

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC

Estudioso apaixonado pelo Nordeste, Ronald H. Chilcote, da Universidade da Califórnia (UCLA), esteve por diversas vezes como professor visitante na Universidade Federal do Ceará (UFC), proporcionando nessas ocasiões, àqueles que foram seus alunos, uma convivência intelectual instigante. É com alegria que vemos seu ensaio “Família e classe dominante em duas comunidades sertanejas do Nordeste brasileiro”, por nós traduzido e publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1988, transformar-se no livro que ora comentamos.

A tarefa não é fácil, se considerarmos a extensão do estudo (368 páginas) e a densidade das informações, fruto de um intenso trabalho de levantamento de dados estatísticos, leitura de documentos e de pesquisa de campo, nas cidades de Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco), ao longo de vários anos, e com maior intensidade em dois momentos distintos da vida política nacional: primeiramente, nos anos de 1969 e 1971, e depois em 1982 e 1983.

A presente obra do professor Chilcote, que tem como tema central a análise das “estruturas de poder local e sua relação com o desenvolvimento/subdesenvol-